



MPT gaúcho debate representação de trabalhadores em empresas

Mais de 150 pessoas discutiram, nesta sexta-feira (20/5), na sede do Ministério Público do Trabalho, em Porto Alegre, como exercer o direito constitucional que garante a representação dos trabalhadores em empresas com mais de 200 funcionários. A audiência pública foi organizada pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), a pedido da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul. A mesa da primeira parte da audiência foi composta pelos procuradores Ricardo Brito Pereira, Noedi Rodrigues da Silva e Rogério Uzun Fleischmann.

O procurador Ricardo Pereira informou que a “Representação dos Trabalhadores nas Empresas” é um programa nacional do MPT, que terá lançamento oficial em todo o país no mês de junho. Já o procurador Rogério explicou que o programa foi apresentado, antecipadamente, ao setor da metalurgia no Rio Grande do Sul, em razão da coincidência com as reivindicações da categoria. A pauta foi apresentada aos empresários na negociação coletiva que já se iniciou.

Na avaliação do procurador Ricardo Pereira, que é também coordenador nacional da Conalis, a audiência foi extremamente proveitosa, apesar de algumas divergências pontuais em relação ao Projeto 200. “No geral, houve coincidência no sentido de que a implementação da representação dos trabalhadores no local de trabalho é medida importante. E o debate deve prosseguir, para que ocorra da forma mais adequada possível.”

A previsão constitucional está expressa no capítulo II (dos Direitos Sociais), artigo 11: “Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes, com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores”. *Com Informações da Assessoria de Imprensa do MPT-RS.*

Date Created

20/05/2011